

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata foi recentemente contactado pelo Sindicato Nacional dos Registos, que nos veio mais uma vez alertar para as injustiças emergentes do atual sistema remuneratório dos conservadores, notários e oficiais de registo.

Recordou o sindicato que a remuneração destes profissionais está a ser concretizada em resultado de uma medida de índole transitória, em que o vencimento dos trabalhadores em funções públicas abrangidos, passou a ser em grande parte constituído pela média aritmética da participação emolumentar, apurada de janeiro a outubro do ano anterior ao da sua data de entrada em vigor, aliás em conformidade com o estatuído pelo art.º 27.º da Lei do Orçamento de Estado para 2017, cuja aprovação é da responsabilidade deste governo da esquerda radical, onde, sob a epígrafe de “Registos e notariado”, ficou a constar que:

“Até à revisão do sistema remuneratório das carreiras dos conservadores, notários e oficiais dos registos e do notariado, decorrente da revisão em curso dos respetivos estatutos profissionais cujo processo negocial termina em 2017, aos vencimentos daqueles trabalhadores aplicam-se as regras sobre a determinação do vencimento de exercício fixadas transitoriamente pela Portaria n.º 1448/2001, de 22 de dezembro, e mantidas em vigor nos anos subsequentes”.

Estando o modelo atual a agravar clivagens no setor e a promover sérias injustiças, permitindo nomeadamente a prática de salários muito díspares nos serviços, alguns sediados na mesma localidade, existindo profissionais com a mesma categoria profissional e com a mesma antiguidade a auferirem salários muito diferentes.

Sendo neste momento evidente que o governo falhou o que fez consignar no OE a este respeito, que consistiu na promessa de concretizar até ao final do corrente ano, ou seja, até ao final de 2017, a revisão das carreiras profissionais e do sistema remuneratório destes trabalhadores, sucede que também não são conhecidos quaisquer progressos para a resolução do problema.

Afinal é o próprio Sindicato Nacional de Registos a denunciar que o processo negocial ainda nem sequer se iniciou, pois até à presente data ainda não existiu qualquer reunião de negociação.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm, através

de V. Exa., perguntar à **Senhora Ministra da Justiça** o seguinte:

- 1 – Está ou não o Governo empenhado em concretizar a revisão do sistema remuneratório dos conservadores, notários e oficiais de registo?
- 2 – Em caso afirmativo, que diligências concretas se concretizaram, que passos é que já foram dados e o que é que falta fazer?
- 3 – Qual a data prevista pelo Ministério da Justiça para a conclusão da revisão do sistema remuneratório dos conservadores, notários e oficiais de registo?
- 4 - Estará a revisão do sistema remuneratório concluída aquando do relatório do OE 2018, por forma a que o mesmo entre em vigor no primeiro trimestre de 2018?
- 5 – Em caso negativo, quando é que o governo espera que isso possa suceder?

Palácio de São Bento, 20 de outubro de 2017

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)

ADÃO SILVA(PSD)

MARIA DAS MERCÊS BORGES(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

JOSÉ ANTÓNIO SILVA(PSD)

MARGARIDA MANO(PSD)

FELICIANO BARREIRAS DUARTE(PSD)

NILZA DE SENA(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

ANA OLIVEIRA(PSD)

JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)